



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Cantagalo  
Secretaria Municipal de Governo

PUBLICADO

Jornal Leopoldo notícias  
Edição 257 PG: 4  
Data 12/10/15 a 13/10/15



[Assinatura]  
Rúbrica

**LEI Nº 1.289/2015.**

**Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Juventude (CMJ) e dá outras providências.**

**O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Cantagalo aprovou, e assim, sanciona a seguinte Lei:**

**Art. 1º** - Fica criado o Conselho Municipal de Juventude (CMJ), órgão colegiado de caráter autônomo, consultivo, vinculado à Secretaria Municipal de Governo, com a finalidade de formular e propor diretrizes para a implementação de políticas públicas municipais voltadas à juventude.

**Art. 2º** - Compete ao Conselho Municipal de Juventude (CMJ):

**I** – propor estratégias de acompanhamento e avaliação das políticas públicas municipais voltadas à juventude;

**II** – promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da situação juvenil, objetivando contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas;

**III** – apresentar propostas de políticas públicas e outras iniciativas que visem assegurar e ampliar os direitos da juventude;

**IV** – colaborar com a Administração Municipal na implementação de políticas públicas voltadas ao atendimento;

**V** – articular-se com os Conselhos Nacional e Estadual de Juventude e outros conselhos municipais setoriais para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de políticas públicas de juventude;

**VI** – promover e participar de seminários, cursos, congressos e eventos correlatos para a discussão de temas relativos à juventude e que contribuam para o conhecimento da realidade do jovem na sociedade;

**VII** – fomentar o associativismo juvenil, prestando apoio e assistência, quando solicitado;

**VIII** – estimular a participação da juventude nos organismos públicos e movimentos sociais;

**IX** – fiscalizar a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Juventude;

**X** – elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

**Art. 3º** - O Conselho Municipal de Juventude (CMJ) será constituído de 7 (sete) membros titulares e respectivos suplentes com idade mínima de 15 (quinze) anos e idade máxima de 29 (vinte e nove) anos, designados pelo (a) prefeito (a), observada a seguinte composição:

**I** – 02 (dois) representantes do Poder Público Municipal;

**II** – 02 (dois) representantes dos estudantes do município;

**III** – 03 (três) representantes das associações, entidades, órgãos de classe ou até mesmo da sociedade civil que presta relevantes serviços à comunidade.

**§ 1º** - O mandato dos conselheiros e de seus respectivos suplentes será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

**§ 2º** - Os membros suplentes substituirão os respectivos titulares em suas ausências e impedimentos e, em caso de vacância, assumirão a função pelo restante do mandato.

**§ 3º** - Os membros do CMJ exercerão função de relevante interesse público, não remunerada.



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Cantagalo  
Secretaria Municipal de Governo

**Art. 4º** - Os membros do CMJ referidos no inciso II do artigo 3º poderão perder o mandato antes do prazo de 02 (dois) anos nos seguintes casos:

- I** – por renúncia;
- II** – pela ausência imotivada em 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas, no período de 01 (um) ano civil;
- III** – pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro, por decisão da maioria absoluta dos membros do CMJ;
- IV** – por requerimento de organização não governamental ou movimento social representativo, que deverá ser acompanhado da indicação de novo titular ou suplente.

**Parágrafo único** – Os representantes do Poder Público Municipal referidos no inciso I do artigo 3º poderão ser substituídos a qualquer tempo pelos seus órgãos de representação mediante comunicação escrita dirigida à Presidência do CMJ.

**Art. 5º** - O Conselho Municipal de Juventude (CMJ) terá a seguinte organização:

- I** – Plenário;
- II** – Grupos de Trabalho e Comissões.

**§ 1º** - O Plenário é o órgão superior de deliberação do CMJ, constituído na forma do artigo 3º desta lei e configurado por reuniões ordinárias e extraordinárias, de acordo com as normas de funcionamento estabelecidas no Regimento Interno.

**§ 2º** - Os Grupos de Trabalho e as Comissões constituem órgãos auxiliares do Plenário, de natureza temporária, e terão seus objetivos específicos, composição e funcionamento definidos no ato de sua criação, ficando facultado o convite a representante de órgãos e entidades públicas e privadas que não tenham assento no CMJ.

**Art. 6º** - Compete ao Plenário do Conselho Municipal de Juventude (CMJ):

- I** – aprovar seu Regimento Interno;
- II** – eleger, a cada 02 (dois) anos, o Presidente e o Vice-Presidente do CMJ, por meio de escolha dentre seus membros, por voto de maioria simples, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período;
- III** – instituir Grupos de Trabalho e Comissões, de caráter temporário, destinados ao estudo e à elaboração de propostas sobre temas específicos;
- IV** – deliberar sobre a perda de mandato dos membros do CMJ referidos no inciso II do artigo 3º.
- V** – aprovar o calendário de reuniões ordinárias do CMJ;
- VI** – analisar e votar as matérias em pauta;
- VII** – aprovar relatório anual de atividades do CMJ;
- VIII** – deliberar e editar resoluções relativas ao exercício das atribuições do CMJ;
- IX** – votar pela exoneração do mandato dos componentes do conselho, pela concordância da maioria.

**§ 1º** - As funções de Presidente e de Vice-Presidente a que se refere o inciso II do *caput* serão exercidas pelos 1º e 2º membros mais votados respectivamente.

**§ 2º** - As deliberações do Plenário dar-se-ão, preferencialmente, por consenso ou por maioria simples de votos, ressalvadas as hipóteses previstas no Regimento Interno que requeiram quórum qualificado.





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Cantagalo  
Secretaria Municipal de Governo

**Art. 7º** - São atribuições do Presidente do Conselho Municipal de Juventude (CMJ):

- I** – convocar e presidir as reuniões do CMJ;
- II** – representar o CMJ;
- III** – cumprir e zelar pelo cumprimento do Regimento Interno do CMJ;
- IV** – preparar a pauta das reuniões do Plenário;
- V** – solicitar ao Plenário, aos Grupos de Trabalho ou às Comissões a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;
- VI** – firmar as atas das reuniões do CMJ;
- VII** – constituir e organizar o funcionamento dos Grupos de Trabalho e das Comissões;
- VIII** – expedir os atos decorrentes das deliberações do Plenário.

**Art. 8º** - O Conselho Municipal de Juventude (CMJ) reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou a requerimento da maioria de seus membros.

**Art. 9º** - O CMJ poderá convidar para participar de suas reuniões, sem direito a voto:

- I** – representantes de órgãos ou entidades públicas ou privadas, cuja participação seja considerada importante em razão da matéria em discussão;
- II** – pessoas que, por seus conhecimentos ou experiências profissionais, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

**Art. 10** – Caberá à Secretaria Municipal de Governo prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do CMJ e de seus Grupos de Trabalho e Comissões.

**Art. 11** – O CMJ elaborará e aprovará o seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da sua instalação, e deverá submetê-lo ao Prefeito para homologação.

**Parágrafo único** – O Regimento Interno do CMJ disporá sobre a organização, o funcionamento, as atribuições e outras matérias de interesse do Plenário, dos Grupos de Trabalho e das Comissões.

**Art. 12** – A Conferência Municipal de Juventude terá sua organização e suas normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovado pelo CMJ.

**Art. 13** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 06 de outubro de 2015.

**Saulo Domingues Gouvea**  
Prefeito